

FORÇAS ARMADAS, CULTURA E SOCIEDADE NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

No Brasil, a virada para os anos 1920 foi marcada por uma era de transformações. A imigração em massa das décadas anteriores, a crescente industrialização e o fenômeno da intensa urbanização, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, mudaram as feições do país, inaugurando uma época que começava sob o signo dos desdobramentos da Grande Guerra europeia, consagrada pela historiografia como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e as nefastas consequências da Gripe Espanhola. Eram tempos de notáveis mudanças nos costumes, nas relações de trabalho, de crescimento da classe média urbana e do operariado e palco de recorrentes crises políticas.

O conjunto de transformações se impunha com mais evidência nas grandes cidades. Em contraste, chocava o atraso de um país com milhões de analfabetos, problemas graves de saúde pública, a persistência de relações sociais que remontavam ao período escravista e o predomínio político de velhas oligarquias a se revezar no poder. Na agenda de exportações brasileiras, o café ainda era predominante. A sensação de vertigem de quem olhava o país por inteiro era inevitável, como que experimentando um sentimento de aceleração do tempo nas metrópoles e a frustração com a lentidão do ritmo de mudanças nos municípios e povoados espalhados na vastidão do interior do Brasil.

Onde se situavam os militares nesse contexto? Protagonistas de primeira hora quando do advento da República, não era de se esperar que se recolhessem aos quartéis e aguardassem as consequências do período. Em *Forças Armadas e Política no Brasil*, José Murilo de Carvalho, ao abordar o papel dos militares na vida nacional em tempos da República Velha, cita passagem do editorial de *A Defesa Nacional*, de outubro de 1913, que, divergindo de colegas de farda defensores de postura estritamente profissional, afirmava: “O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.” (2005, p. 41).

Como evidenciou Carvalho, o conteúdo do editorial contrastava com a ideologia do soldado profissional, defendida pela geração dos Jovens Turcos, justamente os fundadores da revista. Esses militares eram assim chamados em tom provocativo, fazendo alusão aos militares reformadores da Turquia liderados pelo Marechal Mustafa Khemal. Nesse grupo estavam oficiais oriundos de estágios em exércitos europeus, com destaque para a Alemanha, e outros militares a permanecer em solo pátrio, todos reunidos pelo entusiasmo da proposta de modernização das Forças Armadas brasileiras. Muitos dos “turcos” brasileiros defendiam não somente a profissionalização, mas recepcionaram a ideia do soldado-cidadão, assumindo como legítima a possibilidade de

intervenção de militares na política. Observado o editorial em retrospecto, o mesmo pode ser tomado como um prelúdio dos tempos agitados a se desvelarem na passagem da década.

Fruto da Grande Guerra assistia-se ao rearranjo de forças políticas no velho continente a afetar o ordenamento geopolítico mundial e a organização das forças bélicas. No campo militar, o emprego de novas tecnologias anunciou uma nova geração de armas a alterar os meios de o Estado fazer o uso da violência dita controlada. A predominante mecanização e o papel crescente do poder aéreo impactaram as demandas industriais, com fortes reflexos nas dinâmicas do capital e no modo de vida e na organização social de muitas nações. Vencido o Império Alemão, as preferências brasileiras recaíram sobre os vitoriosos, contratando-se a Missão Militar Francesa (1920-1940) para aplicar a desejada reforma na instrução do Exército nacional.

Sob o signo de uma era de mudanças, o ano de 1922 foi peculiar, marcado pelas comemorações do centenário da Independência, revestindo-se de caráter paradigmático porque concentrando acontecimentos que se converteram em marcos temporais de uma época. Se de fausto e comemorações eram tomados os grandes salões e exposições, houve quem pensasse criticamente os rumos da nação. Em São Paulo, ocorria a Semana de Arte Moderna, marcando um ponto de inflexão nas artes nacionais, com propostas a ofender certos pudores estéticos. Na caserna, os questionamentos às eleições de 1922 promoveram um clima de exaltação, acirrando os ânimos e evidenciando divisões entre o oficialato.

Anovidade era a manifestação de setores subalternos, com a predominância de tenentes e capitães na liderança dos rumos dos pronunciamentos ao longo dos anos 1920, com destaque para o levante da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana, em 1922, a Revolta Paulista de 1924 e a formação da Coluna Miguel Costa-Prestes (1925-1927), tendo como uma das pautas do movimento a adoção do voto secreto, a criação da justiça eleitoral e a remoção das antigas oligarquias do poder. Ainda no campo da política, em 25 de março de 1922, fundou-se o Partido Comunista do Brasil, posteriormente nomeado de Partido Comunista Brasileiro (PCB), autointitulado Seção Brasileira da Internacional Comunista, atraindo não poucos simpatizantes e muitos adversários aguerridos a identificar nos integrantes do “Partidão” agentes guiados por uma potência estrangeira. O ponto culminante dessa época pode ser identificado na Revolução de 1930, a inaugurar a Era Vargas, revelando-se verdadeiro divisor de águas. Muitos dos “tenentes” seriam atores políticos a definir os rumos dos anos seguintes, não raramente atuando em campos opostos. Do que se discorreu até aqui, pode-se vislumbrar como possível compreender o período sem nos debruçarmos sobre a história dos militares brasileiros, seus símbolos e expressões políticas?

Com esse cenário em vista, o fórum “Forças Armadas, cultura e sociedade no centenário da Independência”, da Revista da Escola Superior de Guerra, convida o leitor a apreciar quatro produções que abordam temáticas dedicadas a estimular o debate sobre a história e os símbolos da nação, tendo como foco principal as primeiras décadas da República e temas relacionados ao universo militar a se comunicar com o centenário e o bicentenário da Independência.

A seção de artigos do fórum é aberta por Jamylle de Almeida Ferreira, com o texto *Entre o narrador da imagem e os da história: o quadro “A Pátria” e a bandeira do Brasil República*, abordando a relação entre a confecção da bandeira republicana e a representação oferecida pela obra de Pedro Bruno. A autora debate o conteúdo simbólico do quadro e desvela possibilidades investigativas no tocante aos personagens retratados, abordando questões ligadas à construção da identidade nacional, o discurso iconográfico subjacente, e questionando ocultações e mistificações em texto articulado com reflexões sobre a bandeira enquanto símbolo e o quadro enquanto representação política.

Wilson de Oliveira Neto e Francisco Alves César Ferraz nos oferecem o artigo *Dois séculos de imagens e histórias: notas sobre a iconografia no patrimônio cultural de origem militar brasileiro*. Os autores nos brindam com o exame da fotografia como bem patrimonial, propondo uma reflexão sobre seus significados e expressões, nos conduzindo pelo exame das imagens e o debate acerca de que a fotografia está longe de ser um registro fidedigno do passado, pois, como fonte histórica, está sujeita a usos diversos, revelando noções específicas de memória e história, e mesmo silêncios e manipulações.

O artigo seguinte, de autoria de Fernando Silva Rodrigues, intitulado *O tenentismo na Escola Militar do Realengo*, traz à pauta o movimento cuja denominação foi consagrada pela obra pioneira de Virgílio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, de 1933. O autor aborda tema fundamental para se compreender as tensões experimentadas no processo de modernização profissional do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX, percorrendo a reorganização do modelo de ensino adotado nas Escolas de Formação de Oficiais, a atuação da Missão Indígena na Escola Militar e a relação do ensino com as revoltas políticas inauguradas em 1922.

Andriete Cancelier e Eduardo Rizzatti Salomão encerram o fórum com o artigo *Os 18 do Forte de Copacabana: história e lugar de memória*. O texto é dedicado a interrogar as interpretações sobre o contexto que desencadeou a rebelião militar assumida como a gênese do tenentismo e a sua conversão em lugar de memória. Os autores retomam questões como a representatividade do movimento e os usos e abusos da construção memorialista acerca do episódio, consagrado como símbolo de uma geração de militares, assim trazendo ao debate um dos gestos políticos mais marcantes de 1922.

Os textos aqui apresentados nos estimulam a pensar qual país ocupou o

nosso passado e qual o papel dos militares nessa jornada, fazendo refletir sobre o presente e conjecturar o amanhã. São tantas questões e inquietações. Espera-se que, nos limites editoriais deste fórum, as linhas e entrelinhas de seus artigos estimulem o debate dessas questões. A todos, boa leitura!

Eduardo Rizzatti Salomão
Editor convidado